


# DNIT

## ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, com o início às quinze horas e trinta minutos, realizou-se a Centésima Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no Livro de Presença: Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG. Compareceram como convidados a Senhora Ana Patrícia Gonçalves Lira – Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes/MT; o Senhor Roberto Borges Furtado da Silva – Substituto do Coordenador Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária/DIR/DNIT; e o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe do DNIT. Não compareceu o Conselheiro Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT, por estar em viagem. Passando à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 99ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que diz respeito ao **Item 2. Leitura, votação e aprovação da Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Em seguida, a Senhora Presidente passou ao **Item 3. Apresentação acerca da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR/DNIT**, relativa à Coordenação Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária - CGMRR/DIR/DNIT. O Senhor Valter Casimiro pediu a palavra e lembrou aos Conselheiros que não seria possível em uma única apresentação, explanar sobre todas as Coordenações Gerais que compõem a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR/DNIT. Desse modo, explicou que uma Coordenação Geral da DIR seria apresentada em cada reunião do CONSAD/DNIT e que a primeira seria a Coordenação Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária. Informou que as apresentações posteriores trarão informações sobre as Coordenações Gerais de Construção Rodoviária e, depois, de Operações Rodoviárias. Foi, então, passada a palavra ao Senhor Roberto Borges Furtado da Silva, Substituto do Coordenador-Geral da CGMRR/DIR/DNIT que deu prosseguimento falando sobre as atribuições daquela Coordenação Geral. Dentre as atribuições da CGMRR/DIR/DNIT, o Senhor Roberto Borges elencou as atividades de programar, orientar, coordenar, controlar e gerenciar a execução das atividades e dos programas de manutenção, restauração, conservação, eliminação de pontos críticos, recuperação de estruturas e obras emergenciais nas rodovias federais sob jurisdição do DNIT; orientar e supervisionar a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres de manutenção rodoviária a cargo dos Órgãos Descentralizados; disse ainda que cabe à Coordenação Geral executar as atividades relativas ao controle de verbas destinadas aos serviços e obras de manutenção realizadas pela Administração Direta ou por delegação, e encaminhar para pagamento as medições dos serviços contratados; acrescentou que também compete àquela Coordenação subsidiar a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR com informações técnicas referentes às ações de manutenção rodoviária e à proposição de alterações normativas e de indicadores de desempenho. Em seguida, o Senhor Roberto Borges exibiu o organograma da CGMRR/DIR/DNIT e os respectivos servidores responsáveis por cada setor, a qual é composta por 03 (três) Coordenações, quais sejam, Coordenação de Obras, Coordenação de

Serviços e Coordenação de Manutenção de Estruturas e Contensões. Expôs aos presentes as competências de cada uma. Quanto à Coordenação de Obras, mencionou as seguintes atividades: assessorar o Coordenador-Geral na orientação das atividades e dos programas de restauração, melhoramentos, CREMA e obras de emergência; efetuar o controle técnico e administrativo dos contratos e convênios; emitir pareceres técnicos relativos a alterações contratuais e acompanhar a programação e a execução dos contratos; assessorar a CGMRR/DIR/DNIT no desenvolvimento do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária – PNMR junto à Coordenação Geral de Planejamento/DPP e às Superintendências Regionais; elaborar termos de referência, orçamentos e atos preparatórios para os contratos de supervisão e gerenciamento de obras sob gestão da Coordenação e submetê-los à aprovação da CGMRR/DIR/DNIT. Prosseguiu falando sobre a Coordenação de Serviços que tem como atribuições assessorar o Coordenador-Geral na orientação das atividades que envolvem contratos, convênios e instrumentos congêneres relativos aos serviços de conservação – P.A.T.O.; assessorar a CGMRR/DIR/DNIT no desenvolvimento do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária - PNMR junto à Coordenação Geral de Planejamento e às Superintendências Regionais; acompanhar a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres afetos à Coordenação quanto ao prazo de vigência e execução, cronograma e execução físico-financeiros e programação orçamentária; elaborar termo de referência, orçamento e atos preparatórios que envolvem contratos e convênios, submetendo-os à aprovação da CGMRR/DIR/DNIT. Disse ainda que a Coordenação de Serviços tem trabalhado na elaboração de uma instrução de serviço para normatizar a questão da manutenção. O palestrante continuou falando sobre a Coordenação de Manutenção de Estruturas e Contensões que, por sua vez, é incumbida das tarefas de assessorar o Coordenador-Geral na orientação das atividades que envolvem contratos, convênios e instrumentos congêneres relativos a obras de manutenção e recuperação de estruturas e contensões das rodovias sob administração do DNIT, além das obras de construção de passarelas; elaborar o Plano de Manutenção Preventivo das Estruturas, a ser aprovado pela Coordenação Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária; acompanhar a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres para as obras e serviços afetos à Coordenação quanto ao prazo de vigência e execução, cronograma e execução físico-financeiros e programação orçamentária; elaborar termo de referência, orçamento e atos preparatórios para os contratos de supervisão e gerenciamento de obras sob gestão da Coordenação e submetê-los à aprovação da CGMRR/DIR/DNIT. Explicou que esta última Coordenação é nova, não existia na anterior estrutura do DNIT, mas está sendo implantada para tratar das pontes sob gestão da Autarquia, as quais são bastante antigas e precisam de manutenção. Disse que está sendo desenvolvido um programa, ainda a ser lançado, voltado às obras de arte especiais, denominado Programa de Reabilitação de Obras de Arte Especiais – PROARTE. Informou que, no momento, quem está à frente da nova Coordenação é o Engenheiro Rogério Calazans Verly, recém egresso de um mestrado na área de estruturas, o qual tem feito o acompanhamento dos trabalhos. Nesse ínterim, o Senhor Herbert Drummond perguntou quem fazia esse trabalho antes, o Senhor Roberto Borges respondeu que havia uma parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD que, após algumas dificuldades, foi encerrada. Informou que antes o trabalho era realizado pela Coordenação de Obras, no âmbito da DIR, e que existe uma Coordenação de Projetos de Estrutura, vinculada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa, que cuida da parte de projetos de obras de arte especiais. Em seguida, abordou a questão do CREMA, que são os contratos que compreendem Obras de Restauração e Atividades de Conservação e possuem como características principais a manutenção dos pavimentos de pistas, acostamentos e atividades de conservação de faixa de domínio durante todo o período contratual. Explicou que são aplicadas soluções de caráter funcional e/ou estrutural

 2


dependendo da condição da rodovia e que os pagamentos dos serviços são realizados mediante aferição dos padrões de desempenho, tanto para obras, como para manutenção, e, em caso de sua não aceitação, a empresa fica obrigada a refazê-lo sem custos ao erário. Acrescentou que o CREMA é o principal programa daquela Coordenação Geral, sendo feita a manutenção periódica da malha rodoviária e a recuperação pontual, isto é, a intervenção nos piores segmentos. Na oportunidade, o Conselheiro Zarak de Oliveira perguntou se há um limite para empenho em função do baixo desempenho de uma dada empresa, o Senhor Roberto respondeu que, se houver uma performance com um decréscimo de mais de 50%, a empresa não recebe nada pelo baixo desempenho apresentado, porque o pagamento das empresas é feito em função de seu desempenho. O Senhor Zarak questionou ainda quantos mil quilômetros estão abrangidos no Programa CREMA, o Senhor Roberto respondeu que aproximadamente 22 (vinte e dois) mil quilômetros. No entanto, o Senhor Valter Casimiro explicou que a tendência é reduzir essa quantidade porque o DNIT não tem tido condições de fazer os CREMAS pelo elevado custo em decorrência do momento de restrição orçamentária. O Senhor Roberto argumentou que há situações em que é preferível licitar um Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO, visto que sai mais acessível do que realizar o remanescente do CREMA. Na sequência, o Senhor Roberto Borges apresentou informações sobre o PATO, que é um contrato de conservação rodoviária, de caráter continuado, destinado a preservar as características técnicas e operacionais de uma rodovia; envolve intervenções de tapa buracos, roçada, limpeza do sistema de drenagem, recomposição provisória da sinalização, dentre outros. O Coordenador enfatizou que os serviços efetuados nesse Plano possuem natureza simples, uma vez que se houver uma complexidade maior, o trabalho não é mais de conservação e sim, obra. Seguiu falando sobre a parte de Restauração, definida como um conjunto de operações destinadas a restabelecer as características técnicas originais de uma rodovia estruturalmente deteriorada, podendo incluir melhoramentos das suas características existentes ou acrescentar-lhes novas, em atendimento a atuais demandas operacionais, levando-a a um nível superior de capacidade e de segurança do tráfego, proporcionando novo ciclo de vida útil, por meio de intervenções estruturais. Passando adiante, falou brevemente sobre as Obras de Arte Especiais, explicando que são contratos que viabilizam a conservação e a recuperação de pontes, viadutos, túneis, bem como a construção e a conservação de passarelas. Apresentou ainda o Atlas, um projeto iniciado há mais ou menos 02 (dois) anos, cujo objetivo é disponibilizar mensalmente, na intranet, um Relatório Gerencial atualizado contendo informações detalhadas sobre a cobertura da malha rodoviária federal. Informou que os dados encontrados no relatório são: Tabela Resumo da malha pavimentada, Tabela Resumo da malha não pavimentada, Situação Geral dos segmentos descobertos, Desembolso de contratos em segmentos incluídos na MP-82, Resumo da malha coberta por contratos em segmentos de MP-82, Listagem das concessões federais, Lista de contratos, e Planilha de Supervisão. O Senhor Drummond elogiou bastante o Atlas, disse que possui informações excelentes, as quais podem ser acessadas de modo ágil. O Senhor Roberto concordou, disse que auxilia muito no planejamento do que precisa ser feito e na visualização do que está em boas condições. O Senhor Drummond, no entanto, lamentou pelo DNIT não divulgar excelentes trabalhos como esse, disse que há trabalhos que são desconhecidos dentro da própria estrutura da Autarquia e que essa prática acaba sendo uma questão de cultura organizacional na entidade, devendo ser modificada. O Senhor Valter Casimiro assentiu e frisou que o Departamento precisa mudar isso e aprender a divulgar seus produtos tanto internamente, quanto para o público externo interessado. Por fim, o Senhor Roberto Borges exibiu um gráfico de evolução do perfil da malha rodoviária federal, no período de 1979 a 2015, mostrando as condições, classificadas em bom, regular e ruim, ao longo do tempo. Finalizou colocando-se à disposição do Conselho para responder a questionamentos e maiores informações. Os

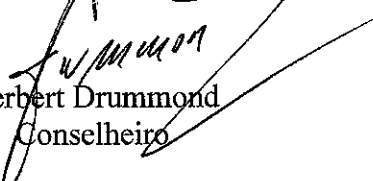
Conselheiros parabenizaram o Senhor Roberto Borges pela esclarecedora apresentação e agradeceram sua presença no CONSAD/DNIT. Em seguida, a Senhora Presidente passou ao **Item 4. Relatório gerencial sobre a situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT.** O Senhor Valter Casimiro pediu a palavra e mencionou a recente nomeação do novo Auditor-Chefe do DNIT, Senhor Benedito Orlando, que ainda não havia participado de reuniões do Conselho. Disse que ele já realizou algumas missões importantes desde sua chegada e que sua atuação no Conselho envolve dar assistência direta aos trabalhos do Colegiado. O Senhor Benedito Orlando agradeceu as palavras e as boas-vindas e colocou-se à disposição para atender e auxiliar o CONSAD/DNIT no que for necessário. Em seguida, iniciou a apresentação do Relatório Gerencial, o qual fará parte dessa Ata como anexo, e constitui-se de algumas tabelas e gráficos ilustrativos das atividades realizadas pela Auditoria Interna relativas às demandas da Controladoria Geral da União - CGU, especificamente as recomendações pendentes, em números absolutos e percentuais, classificadas por temas descritos pela própria CGU; e o status das recomendações conforme o atendimento do prazo. Juntamente com esse Relatório, o Senhor Benedito Orlando também falou brevemente sobre o Memorando nº. 106/2016/DIREX/DNIT, datado de 19 de fevereiro de 2016, elaborado pela Assessoria de Controle Externo – ACE, ligada à Diretoria Executiva - DIREX, documento este que versa sobre as ações de gerenciamento e monitoramento do Tribunal de Contas da União – TCU. Explicou que este monitoramento é realizado não pela Auditoria Interna, mas por aquela Assessoria da DIREX. O Auditor disse que a Auditoria, atualmente, não possui sistema informatizado para monitorar as demandas dos órgãos de controle. O Senhor Herbert Drummond questionou se há algum trabalho de acompanhamento direto das demandas voltadas junto ao TCU, não somente de recepção interna dos documentos, mas de atendimento das equipes do Tribunal. O Senhor Valter Casimiro disse que sim, que essa equipe da ACE/DIREX realiza esse trabalho, faz o controle dos processos do TCU, cobra as respostas das áreas, acompanhando os passos até o encaminhamento das réplicas ao Tribunal, além de despachar todos documentos com ele. O Auditor-Chefe reforçou a colocação do Diretor-Geral do DNIT de que há pessoas responsáveis por estabelecer contato com TCU, acompanhar os prazos, realizar negociações e/ou colher informações. Na sequência, questionou ao Conselho como deveriam ser apresentados os dados do Relatório Gerencial relativo às recomendações dos órgãos de controle, visto que esta é a primeira Reunião em que são trazidos esses dados e que o documento exposto foi elaborado na gestão do Auditor-Chefe anterior. A Senhora Natália Marcassa respondeu que seria importante trazer uma análise de risco de modo a munir o CONSAD/DNIT daquilo que realmente importa e do que poderia implicar em risco de responsabilização de gestores, também os assuntos que escapem ao padrão recomendável precisam ser trazidos ao conhecimento do Conselho. A Presidente sugeriu ainda que haja gestão no DNIT para fechamento das contas, que, segundo informações recebidas, não se fecham há muitos anos. O Conselheiro Drummond disse que é importante obter informações sobre onde está localizado o maior percentual de pendências não atendidas, de forma setorizada, para mapear essa questão e efetivamente ter maior controle. O Auditor-Chefe disse que providenciará essas informações para o Conselho. Explicou que está procurando fazer um trabalho visando implantar uma cultura voltada a responder aos órgãos de controle com respostas de qualidade e com presteza no atendimento às demandas. Retomando a palavra, o Senhor Herbert Drummond solicitou que o próximo Relatório Gerencial tenha uma melhoria na apresentação e seja mais detalhado. Ponderou também que é preciso dar um maior suporte à Auditoria Interna do DNIT, oferecendo as ferramentas, a estrutura e o pessoal necessários para atingir melhores resultados. O Senhor Valter Casimiro concordou com as observações e asseverou que agendará uma reunião com o Senhor Benedito Orlando para planejarem uma proposta do

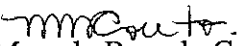


4

que pode ser feito para fortalecer a Auditoria Interna. O Senhor Orlando agradeceu as recomendações e disse que buscará acrescentá-las aos próximos relatórios. No que tange ao **Item 5. Assuntos Gerais**, com relação ao subitem **5.1. Pedido de Renúncia do Senhor Cleyton Miranda Barros, Representante do Ministério da Fazenda**, a Presidente informou aos presentes sobre o envio do documento no qual o Conselheiro formalizou seu desligamento e os demais presentes tomaram ciência sobre o assunto. Em seguida o Conselheiro Valter Casimiro pediu a palavra e mencionou que precisava tratar dos créditos extraordinários destinados à manutenção. Disse que o DNIT já consumiu os créditos já existentes para esse fim e que precisa de créditos extraordinários. Perguntou ao Conselheiro Zarak de Oliveira se ele poderia prestar alguma informação sobre a liberação desses créditos, ao que o Senhor Zarak respondeu que não tem certeza sobre a disponibilização de créditos extraordinários. Acrescentou que é interessante marcar uma reunião com o Ministério da Fazenda para avaliar o que pode ser feito. A Senhora Natália Marcassa, então, solicitou que o Diretor-Geral do DNIT enviasse esse requerimento à Secretaria Executiva para que ela possa promover ações nesse sentido e auxiliá-lo na solução do problema. O Senhor Valter, então, reforçou que, sem esses créditos, não há como realizar nem a manutenção do Rio de Janeiro, estado no qual a situação estaria mais preocupante. O Senhor Zarak disse que, se houver algum crédito a ser cancelado, isso pode ajudar nas tratativas. A Senhora Presidente asseverou que ajudará a resolver a questão. Na sequência, o Conselheiro Herbert Drummond aproveitou o ensejo para informar ao Conselho sobre alguns avanços quanto ao Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR. Disse que o Ministro dos Transportes criou um grupo de trabalho para tratar do Instituto. Informou que o grupo está iniciando seus trabalhos, mas já identificou que, sob a ótica do pessoal em atividade no próprio Instituto, há uma sensação de desimportância destinada ao IPR, inclusive da parte do DNIT por não dedicar o devido valor à entidade. No entanto, afirmou que existe um *lobby* para que o Instituto permaneça vinculado à Autarquia. Acrescentou ainda que o representante do DNIT indicado para participar da reunião é bastante capacitado, é acadêmico da área, tendo recentemente finalizado um mestrado, e deveria permanecer contribuindo com as atividades do grupo. Disse que a fase de diagnóstico é relativamente simples, no entanto, asseverou que o problema é conseguir unificar o IPR, que, no momento, possui duas chefias, uma em Brasília/DF e outra no Rio de Janeiro. Argumentou que o DNIT não precisa esperar a conclusão dos trabalhos do grupo, após 60 (sessenta) dias, para tomar algumas providências, ao contrário, considerou que algumas mudanças já podem ser implementadas de imediato. Nesse sentido, prontificou-se em atualizar os Conselheiros sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezessete horas e quinze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----

  
Natália Marcassa de Souza  
Presidente

  
Herbert Drummond  
Conselheiro

  
Marcela Braz do Couto  
Secretária-Executiva

  
Valter Casimiro Silveira  
Conselheiro

  
Zarak de Oliveira Fereira  
Conselheiro

Recomendações pendentes - CGU	absoluto	relativo
Governança	43	16%
Sobrepço/Superfaturamento	40	15%
Apuração de responsabilidade - Agentes Públicos	38	14%
Fiscalização	37	14%
Reposição de valores	31	11%
Apuração de responsabilidade - Contratada	20	7%
Administrativas	14	5%
Custos	13	5%
Execução	12	4%
Projetos	11	4%
Convênios e Instrumentos Congêneres	9	3%
Licitação	6	2%
	274	

Classificação	Descrição
Administrativa	Compreende a gestão dos bens patrimoniais e falhas formais
Apuração de responsabilidade - Agentes Públicos	Referem-se às recomendações relativas à apuração de responsabilidade de agentes públicos.
Apuração de responsabilidade - Contratada	Relativas aos processos de responsabilização das empresas
Convênios e Instrumentos Congêneres	Referem-se aos processos relacionados aos convênios, tais como prestações de contas e tomadas de contas especiais.
Custos	Compreende a gestão dos orçamentos referenciais e composição de preços
Execução	Relacionam-se aos problemas ocorridos na execução do contrato, tais como a existência de divergência entre o executado e o planejado, inadequação qualitativa do objeto entregue
Fiscalização	Referem-se às constatações relacionadas a problemas incorridos na fase de fiscalização/supervisão
Governança	Compreende processos relacionados a Programas, Pessoas e Competências, Estratégia, Normativos e Rotinas, Sistemas Informatizados, Regimento Interno
Licitação	Referem-se a problemas relacionados à condução do processo licitatório.
Projeto	Envolvem problemas relacionados a projetos tanto em fase licitatória, quanto em fase de revisão de projeto em fase de obra
Reposição de valores/bens	Referem-se às constatações relacionadas a glosa de faturas, ressarcimento ao Erário e pagamento de multas.
Sobrepço/Superfaturamento	Compreendem problemas relacionados a sobrepreço/superfaturamento, sejam eles problemas relacionados à fase de projeto ou à fase de execução/fiscalização

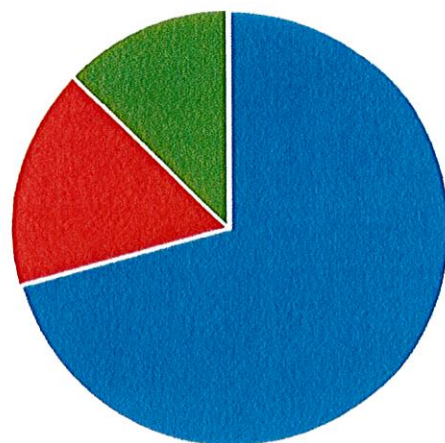
Recomendações pendentes da CGU



- Governança
- Apuração de responsabilidade - Agentes Públicos
- Reposição de valores
- Administrativas
- Execução
- Convênios e Instrumentos Congêneres
- Sobrepço/Superfaturamento
- Fiscalização
- Apuração de responsabilidade - Contratada
- Custos
- Projetos
- Licitação

Dados: até 24/03/2016

### Status das Recomendações da CGU



■ No prazo    ■ Expiradas    ■ Em análise pela CGU

Dados: até 24/03/2016

Fonte: Sistema Monitor CGU

### Status das recomendações

No prazo	194	71%
Expiradas	45	16%
Em análise pela CGU	35	13%
Total	274	100%